



Foto: Ricardo Stuckert/PR

PREFEITOS MOVIMENTAM BRASÍLIA EM MARCHA NACIONAL

Essa semana teve como um dos principais acontecimentos políticos, que inclusive diminuiu o ritmo dos trabalhos no Congresso Nacional, a realização da 25ª edição da Marcha dos Prefeitos em Brasília, cujo tema deste ano foi "Pacto Federativo: um olhar para a população desprotegida".

Desde segunda-feira, a Confederação Nacional de Municípios (CNM) organizou eventos temáticos de interesse dos municípios, que contaram com a presença de lideranças importantes, como os presidentes da Câmara e do Senado, Arthur Lira e Rodrigo Pacheco, e o Presidente Lula.

Em seu discurso, Lula enfatizou a urgência de renegociar as dívidas previdenciárias e de criar novas regras para o pagamento de precatórios. Além disso, fez um apelo pela civilidade nas eleições de outubro.

Considerando que em 2024 serão realizadas eleições municipais, o evento também contribuiu para a aproximação dos deputados federais com os prefeitos presentes em Brasília, que estavam em busca de apoio para seus futuros pleitos.



“O governo apresentará novo prazo para financiamento de dívidas previdenciárias dos municípios com renegociação de juros e teto máximo de comprometimento da receita corrente líquida. O governo apresentará novas regras para pagamentos de precatórios, a fim de facilitar a liquidação dos mesmos, e aliviar as contas públicas dos municípios por meio de um teto máximo de comprometimento da receita corrente líquida do órgão”

Luiz Inácio Lula da Silva,

Presidente da República

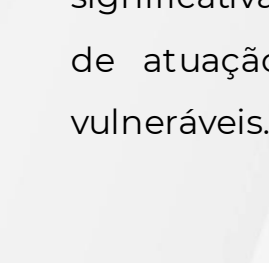
SEMANA DE HOMENAGENS À DEFENSORIA PÚBLICA

As homenagens e eventos realizados na semana do dia 19 de maio de 2024, incluindo sessões solenes na Câmara Legislativa do Distrito Federal (CLDF), no Congresso Nacional e no Supremo Tribunal Federal (STF), ilustram a relevância política e social da Defensoria Pública, do mesmo modo em que se conceitua como um pilar fundamental para a consolidação da democracia e a promoção da justiça social no Brasil.

A sessão solene realizada pela CLDF, presidida pelo deputado Wellington Luiz (MDB), enfatizou a Defensoria Pública do Distrito Federal (DPDF) como um "instrumento da concretização do Estado Democrático de Direito". O Presidente da Associação das Defensoras e Defensores Públicos do Distrito Federal (ADEP-DF), Reinaldo Rossano Alves, realçou a necessidade de remuneração por serviços extraordinários, comparando com juízes e promotores, e destacou a importância de reajuste salarial para os defensores, questão apoiada pelo desembargador Roberval Belinati.

No Senado Federal, a sessão especial liderada pelo senador Jader Barbalho (MDB/PA) destacou a competência e a integridade dos defensores públicos, notando a necessidade de ampliar os recursos destinados à instituição para aumentar a abrangência e a eficácia dos serviços prestados. O aumento nos atendimentos, registrado no último ano e relatado pelo Defensor Público-Geral Federal, Leonardo Magalhães, demonstra impacto positivo, com um aumento de 6,5% em relação ao ano anterior.

Na perspectiva do judiciário, o presidente do STF, Ministro Luís Roberto Barroso, reconheceu a Defensoria Pública como uma instituição essencial para garantir o acesso à justiça. Barroso destacou decisões do STF que reforçaram a autonomia administrativa e funcional da Defensoria, como a legitimidade para ajuizar ações civis públicas e a iniciativa para a apresentação de sua proposta orçamentária. Estas decisões são politicamente significativas, pois conferem à Defensoria maior independência e capacidade de atuação, fortalecendo seu papel na defesa dos direitos dos mais vulneráveis.



“A Defensoria Pública é uma instituição de extrema relevância, sendo responsável por prestar assistência jurídica gratuita à população econômica e socialmente vulnerável e, portanto, é uma porta de acesso à Justiça de pessoas hipossuficientes”

Reinaldo Rossano Alves,

Presidente da Associação das Defensoras e Defensores Públicos do Distrito Federal (ADEP-DF)

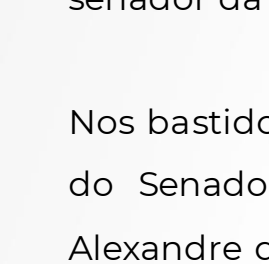
SERGIO MORO É ABSOLVIDO NO TSE

Após um processo iniciado no início de 2023, o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) concluiu na última terça-feira (21) o julgamento do pedido de cassação do ex-juiz federal e senador, Sergio Moro (UNIÃO/PR).

As ações foram movidas pelos partidos PT e PL, e consistiam na alegação de abuso de poder econômico e uso de caixa dois durante a pré-campanha eleitoral de 2022, pleito que elevou o parlamentar ao posto hoje ocupado.

Inicialmente as acusações foram analisadas pelo Tribunal Regional Eleitoral do Paraná, com decisão pela absolvição. Na expectativa de mudar a decisão final, os partidos recorreram à Corte Superior, que manteve de forma unânime a decisão original, absolvendo o ex-juiz e com a manutenção do mandato de senador da república.

Nos bastidores, o caso contou com a importante participação do presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD/MG), que se reuniu com o Ministro Alexandre de Moraes, para tratar do processo.



“Ontem o TSE confirmou a decisão do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná, que proferiu uma decisão técnica e independente e, ontem, essa decisão, com seu brilho próprio, o TSE proferiu uma decisão com a qual eu acho que a opinião pública é unânime. Todo mundo está afirmando que o julgamento foi técnico, foi independente e foi correto, não tenho visto críticas ao conteúdo jurídico desse julgamento”

Senador Sergio Moro

(UNIÃO/PR)